





### Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Mauro Augusto  
Burkert Del Pino  
Vice-Reitora: Profa. Dra. Denise  
Petrucci Gigante

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Profa. Dra. Denise  
Marcos Bussoletti  
Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Alvaro Luiz Moreira  
Hypolito  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Luciano  
Volcan Agostini  
Pró-Reitor Administrativo: Antônio Carlos de Freitas Cleff  
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Luiz  
Osório Rocha dos Santos  
Pró-Reitor de Recursos Humanos: Sérgio Eloi Teixeira  
Wotter  
Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Evaldo Tavares Kruger  
Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Ediane Sievers  
Acunha  
Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Dr. Aulus  
Mandagará Martins

#### CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues | Prof. Dr. Carlos Eduardo  
Wayne Nogueira | Profa. Dra. Cristina Maria Rosa | Prof.  
Dr. José Estevan Gaya | Profa. Dra. Flavia Fontana  
Fernandes | Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas | Profa. Dra.  
Francisca Ferreira Michelon | Prof. Dr. Vítor Hugo Borba  
Manzke | Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski | Prof. Dr.  
Volmar Geraldo da Silva Nunes | Profa. Dra. Vera Lucia  
Bobrowsky | Prof. Dr. William Silva Barros

#### INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira  
Vice-Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

#### NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Veronica Medeiros dos Santos

**HISTÓRIA EM REVISTA** – Publicação do Núcleo de  
Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPel)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)  
Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)  
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFP)  
Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)  
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos  
Aires).  
Prof. Tommaso Deti (Università Degli Studi di Siena)

Editor: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Edição e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

#### Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

#### Impresso no Brasil

Edição: 2015/2016

ISSN – 1516-2095

#### Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de  
Documentação Histórica. Instituto de Ciências  
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.  
v.21/v.22, (dez. 2015/ dez. 2016). – Pelotas:  
Editora da UFPel, 2015/2016.  
1v.

Anual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de  
Documentação Histórica. Instituto de Ciências  
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat  
Online Computer Library Center

PEDE-SE PERMUTA  
WE ASK FOR EXCHANGE

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 3208

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

\* Obra editada e publicada em dezembro de 2017

volume

21

dezembro 2016  
ISSN 1516-3633

volume

22

dezembro 2016  
ISSN 1516-3633

ICH - UFPEL

OPINIÃO PÚBLICA JK PORTO MST GRANDE HOTEL  
 REVOLTA DOS MARINHEIROS BUENOS AIRES  
 AMÉRICA LATINA JORNAL DO BRASIL  
 RIO GRANDE SÃO LOURENÇO MUCKERS DO SUL  
**TRABALHO** PIRATINI  
 FMI  
 PARTEIRAS DIÁRIO POPULAR MULHERES ANTIGONA  
 CATIVOS IMPRENSA  
 SÓFOCLES DIREITO  
 PELOTAS SANTA MARIA HISTÓRIA ORAL



# História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



## PARTEIRAS MADRINHAS (SUL DO RS, 1960-1990)

GODMOTHERS MIDWIVES (IN THE SOUTH OF RIO GRANDE DO SUL, 1960-1990)

Eduarda Borges da Silva<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Esta comunicação apreenderá as relações entre parteiras e suas comunidades que se estabeleciam a partir do parto, no sul do Rio Grande do Sul, entre 1960-1990. As parteiras também benziam, aplicavam injeções, receitavam ervas e mantinham em casa alguns fármacos para emergência, atendendo além das parturientes e recém-nascidos, crianças, adultos e idosos. Em contrapartida recebiam alimentos, presentes e eram convidadas para madrinhas dos recém-nascidos. Através das entrevistas de história oral temática realizadas para o projeto de pesquisa “O ofício de parteira ao sul do RS (1960-1990)” e do conceito de reciprocidade se pretende compreender tal prática.

**Palavras-chave:** parteira; madrinha; reciprocidade.

---

### Considerações iniciais

Pouco se sabe sobre os atendimentos informais aos partos no sul do Rio Grande do Sul, sobretudo em zonas rurais. Quem os atendia? Que relações se estabeleciam antes, durante e após o nascimento das crianças? Se haviam atitudes de solidariedade da comunidade para com a parturiente e o recém-nascido? Essas questões nortearão o texto que aqui se desenvolve.

Muitas parteiras eram além de cuidadoras, atendendo o parto no acompanhamento de mulheres e acolhimento de bebês – que é um processo fisiológico – também curadoras. Benziam, receitavam ervas, aplicavam injeções e mantinham em casa alguns fármacos para emergência. Atendendo crianças, adultos e idosos contra “males” e doenças.

Após o atendimento ao parto domiciliar, quando realizado com sucesso, eram chamadas para curar um doente ou acompanhar a próxima gestante daquela família ou da vizinhança, constituindo-se em promotoras da saúde familiar. Em contrapartida recebiam alimentos, presentes e eram convidadas para madrinhas dos recém-nascidos, aos quais sempre aceitavam como afilhados, orgulhosas de terem realizado um bom trabalho.

O pagamento raramente era feito em dinheiro e quando isto ocorria a parteira cobrava pouco, pois eram todos agricultores, como indicou uma delas,

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-graduação em História. E-mail: eduarda.historia.ufpel@gmail.com

Eulália Sória (2013, p. 17): “Eu cobrava bem pouquinho, só pra manter os meus remédios. Na campanha todo mundo é apertado de vida e agricultor é de seis em seis meses pra ter dinheiro”. Cecília dos Santos (2013, p. 21), outra parteira, mencionou, por exemplo, que “[...] sempre me convidavam pra madrinha. Tenho afilhados por esse mundo aí que vou te dizer!” Também afirmou que não precisava plantar alguns produtos como feijão, pois os recebia dos vizinhos, os mesmos que ela atendia.

Utilizar-se-á o conceito de reciprocidade (SABOURIN, 2011) para compreender esta relação de compadrio ou “comadrio” e o fenômeno da troca de serviços e bens, objetivo central deste texto. Parte-se do pressuposto de que essa relação de apadrinhamento/“amadrinamento” se estabelece primeiro entre mulheres, parteira e parturiente, quando acordaram em estarem juntas durante o parto.

No Rio Grande do Sul algumas historiadoras trabalharam com a temática das parteiras: Beatriz Weber (1997) dedicou um subcapítulo de sua tese a elas. Defendeu que as práticas de cura alternativas manifestavam-se, com maior intensidade, no atendimento às mulheres e que “ser parteira” significava portar conhecimentos vinculados à magia.

Rejane Jardim (1998) em sua dissertação de Mestrado investigou documentos da Santa Casa de Misericórdia e dos Cursos de Partos e de Medicina de Porto Alegre, entre 1872 e 1940. Observou como os saberes sobre o corpo feminino foram capturados das antigas formas de conhecimento empírico para contribuir à história da gineco-obstetrícia.

Nadja Brandão (1998) pesquisou durante o Mestrado o ofício das parteiras no Rio Grande do Sul, entre 1897 e 1967. Entrevistou parteiras de Porto Alegre e de algumas cidades da região metropolitana da capital do Estado e utilizou documentos da Santa Casa da mesma cidade.

Sandra Careli (2008) trabalhou em um artigo as transformações no ofício de partejar nas décadas iniciais da República no Rio Grande do Sul (1900-1930). Utilizou como fonte a imprensa e processos-crime referentes a Porto Alegre sobre parteiras, num período em que elas passam a ser consideradas perigosas à saúde pública.

A pesquisa de Mestrado aqui apresentada trabalha com parteiras da metade Sul do RS, entre 1960-1990. Além do período não ter sido pesquisado por nenhuma destas autoras, as fontes também são inovadoras. O corpo documental é composto por manuais para parteiras, para supervisores de parteiras e para gestantes (a partir dos quais não se encontrou nenhum trabalho)

e por entrevistas de história oral, construídas para esta investigação, com narradoras que não haviam cedido um relato sobre sua trajetória.

A História Oral é “um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas” (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 15). Na visão de Meihy e Holanda é “[...] sempre uma história do tempo presente” (2007, p. 17), embora possa ser utilizada para o estudo de períodos e acontecimentos passados.

A História do Tempo Presente é um contínuo entre o período de estudo e o da escrita. Quando o objeto da pesquisa tem reflexos no presente ou é um processo ainda incompleto no qual o/ historiador/a pode intervir. “O presente torna-se passado não por sua cronologia ou pelo seu distanciamento do presente [...], mas pela construção que o historiador faz de seu objeto de estudo, da maneira pela qual vai olhar/ler/sentir as fontes e pela crítica que faz ao presente” (MULLER, 2007, p. 28-29).

Na vertente temática da História Oral o diálogo deve girar em torno do tema da pesquisa. O roteiro de questionamentos tem um papel fundamental e deve ser bem planejado e elaborado para abordar com amplitude e profundidade o objeto-problema, no entanto, deve ser flexível o suficiente para que o narrador possa expor temas do seu interesse. Na análise há um apreço pelo confronto de versões, já que se necessita de, pelo menos, algumas testemunhas para abarcar o assunto (MEIHY e HOLANDA, 2007).

Nesta pesquisa foi elaborado um roteiro para as entrevistas e na medida em que as narradoras eram localizadas se faziam os convites. No primeiro contato foram explicados os motivos para a realização da pesquisa e agendada a entrevista. O roteiro foi adaptado de acordo com o espaço de atuação da parteira: hospital, a domicílio urbano ou rural. No próximo encontro a mesma foi realizada, a partir de dois gravadores de voz. Em alguns casos foi possível retornar o texto à colaboradora levando o documento transcrito para que ela assinasse uma carta de cessão, na qual consta que sua narrativa será utilizada para fins acadêmicos. Em outros casos, a concessão foi feita em áudio ao fim da entrevista.

Foram entrevistadas dez parteiras, todavia neste texto serão mencionadas seis narradoras que possibilitam refletir sobre a reciprocidade: Cecília dos Santos, 97 anos, atendia a domicílio no terceiro distrito de Piratini; Hilda Macedo, 93 anos, a domicílio na Vila de Santa Isabel; Teresa Machado, 84 anos, a domicílio no bairro Areal em Pelotas; Maria Basílicia Soares, 66 anos, no Hospital Nossa Senhora da Conceição em Piratini; Dalva Luçardo, 76 anos, a

domicílio no terceiro distrito de Piratini e Eulália Sória, 90 anos, a domicílio na zona rural e urbana de Piratini.

### A reciprocidade

O antropólogo e sociólogo francês Eric Sabourin (2011, p. 26) abordando sociedades camponesas analisou a reciprocidade enquanto norma moral essencial à manutenção de estruturas sociais. Ela compõe um ciclo ou uma “tríplice obrigação – dar, receber e retribuir”.

A reciprocidade pode assumir várias formas. Além das positivas, oferendas e partilhas, existem formas negativas, como os ciclos de vingança. Ainda, as estruturas de reciprocidade geram valores materiais ou imateriais como conhecimentos e saberes, afetivos como a amizade e éticos como a confiança, a justiça e a responsabilidade (SABOURIN, 2011).

[...] horas e dias não são contabilizados; a importância da relação humana prevalece sobre o valor da prestação material, mesmo se, até por necessidade, a devolução da prestação é esperada. De fato, a relação de ajuda mútua coloca em jogo laços sociais, sentimentais e simbólicos. Assim, ela se diferencia da troca (troca simples ou troca mercantil mediante trabalho assalariado), na medida em que não implica uma retribuição equivalente, imediata ou diferida, que liberaria o beneficiário da sua dívida. Certamente, existe uma espera de retorno da ajuda, ainda mais, porque a pressão social, os valores de honra e de prestígio concorrem para isto, porém sem que haja nada de contratual, nem obrigatório (SABOURIN, 2011, p. 36).

Diferente da troca mercantil que objetiva o lucro, por meio da concorrência, a reciprocidade positiva atua geralmente através da cooperação. Dar é a primeira etapa da reciprocidade e indica prestígio social. De acordo com a parteira Dalva, nunca cobrou para atender porque queria ajudar outras pessoas: “Não, nunca cobre nada. Eu nunca fui ao colégio, não tinha estudo. Tinha vontade de fazer uma coisa pra ser voluntária para os outros, nunca tive vontade de cobrar nada de ninguém. Às vezes me davam, mas davam por que queriam” (LUÇARDO, 2013, p. 16).

Percebe-se que algumas vezes ela recebia algo em troca de seu trabalho, mas que a recompensa em dinheiro não era a sua motivação para atender. Semelhante à fala de Eulália na introdução deste texto, que abordou a situação complicada dos pequenos agricultores ao receberem apenas nos períodos de colheita, Hilda disse não cobrar, pois: “A maioria [é] muito pobre, [atendia] quase tudo de graça” (MACEDO, 2015, p. 1).

Teresa teve a mesma postura e contou que ganhava muitos presentes, principalmente pijamas e que algumas vezes, quando os vizinhos podiam, lhe davam além dos presentes dinheiro (MACHADO, 2015). Por mais excêntrico que o recebimento de pijamas possa ser, indica o grau de intimidade de Teresa com suas parturientes.

Como mencionado na introdução Cecília recebia alimentos após atender e muitas vezes ela e sua família não precisavam plantá-los, pois recebia a cada colheita de algumas famílias. Destas, evidentemente, Cecília não atendia um único parto, tornava-se a cuidadora e curadora chamada para todas as questões de saúde daquela casa, desde os partos até as benzeduras para “males”.

Cecília explicou a pesquisadora que a média de partos entre suas vizinhas na zona rural de Piratini em que ela morava era de dez por mulher, ela própria pariu onze vezes em casa. Não foi possível acessar tal informação nos censos da cidade. Contudo, buscando a taxa de fecundidade (indica o número médio de filhos por mulher) brasileira na década de 1960 era de 6,28 e da Região Sul 5,89 (IBGE, 2015). De acordo com a pesquisa de Maria de Lourdes Jardim (1993) a taxa de fecundidade do RS em 1960 era de 5,11. A informação de Cecília deve ser relativizada, pois se refere a uma localidade específica, terceiro distrito de Piratini e a uma zona rural. Ela também estava abordando o número de partos, tendo por fonte sua experiência, e não necessariamente os nascidos vivos e que chegaram a ser registrados.

Segundo conta Cecília (SANTOS, 2013) aproximadamente de dois em dois anos ela atendia a “dona da casa”, sua vizinha ou parenta, na condição de parturiente, num ciclo de cerca de 20 anos (referindo-se ao período fértil posterior ao casamento), ou seja, o ciclo de reciprocidade se firmava a cada novo parto e colheita. Teresa (MACHADO, 2015) citou dois motivos principais para o fato das mulheres passarem a maior parte de sua idade fértil grávidas: muitas mulheres não conseguiam comprar ou ir ao Posto de Saúde para adquirir um anticoncepcional por morarem em zonas rurais, falta de dinheiro ou vergonha e que muitos maridos se recusavam a usar preservativos com a esposa.

O que Cecília (SANTOS, 2013) e Eulália (SÓRIA, 2013) rememoram reafirma que saber receber é importante, tanto quanto dar. Não se recebe somente um presente, mas a possibilidade daquele que antes fora ajudado em recuperar sua reputação que estava em débito. Quem retribui sente-se agradecido duas vezes, pela primeira ajuda recebida e por poder retorná-la.

Embora a reciprocidade não defina que o retorno deva ser equivalente ou imediato, há uma espera da retribuição. Pois, aquele que recebe sente-se em dívida. Para saná-la, manter sua honra/prestígio diante da comunidade e a



confiança daquele que primeiro doou precisa retribuir. A prática da reciprocidade “cria um círculo virtuoso (reciprocidade/confiança/ reputação)” (SABOURIN, 2011, p. 38).

Para Hilda ganhar a confiança da parturiente é fundamental para o sucesso do parto e ela as conquistava com carinho: “Tem que ‘comprar’ a parturiente, ter confiança. [...] Eu sempre fui carinhosa com as minhas parturientes” (MACEDO, 2015, p. 1).

Contou que na Vila em que morava, onde atuou como parteira por mais de 70 anos, “era conhecidíssima. [...] Santa Isabel foi nascida na minha mão, toda Santa Isabel” (MACEDO, 2015, p. 1). Maria Basílicia também contou sobre como é reconhecida pelas pessoas que atendeu:

[...] eles me consideram uma pessoa querida, as minhas pacientes, o povo que eu atendi, eu tenho o reconhecimento deles! Porque eu saio na rua, nem sei quem é, vem me abraça: ‘olha o teu filho, o filho que tu ajudou a nascer’. Eu fiz parte do parto, mas é como se eu fizesse parte daquela vida ali. Fotografia eu tenho aí, quantia de fotografia dos meus bebês. (SOARES, 2013, p. 18).

Algumas parturientes de Maria Basílicia retribuíram o atendimento enviando fotos dos bebês. Ela confessou que quando as mães lhe agradeciam e perguntavam o que poderiam fazer por ela, dizia que gostaria de ter uma foto do bebê. Guarda em seu armário da sala de visitas um álbum vultoso, com cerca de 200 fotos. Algumas compõem uma sequência dos primeiros meses de vida, demonstrando que manteve contato com as mães e crianças além do parto por um tempo e alguns convites de festas de 15 anos, formaturas e casamentos dos seus “filhos de parto”, como ela se referiu aos recém-nascidos que atendeu, indicando relações mais duradouras (SOARES, 2013).

As relações de reciprocidade geram diferentes sentimentos e valores: “reconhecimento, identificação e amizade, nas estruturas simétricas; submissão, respeito e dependência, nas estruturas assimétricas” (SABOURIN, 2011, p. 39). Neste texto serão percebidas relações simétricas entre mulheres que viveram na mesma comunidade.

Cecília mencionou que mais importante que o dinheiro é a amizade das pessoas: “Nunca cobre nada. O que adianta eu cobrar 10, 15 ‘pila’ [reais] no que vai me servir?! Depois amizade é o que eu quero! Todo mundo me quer bem, graças a Deus! Não tem uma pessoa que diga: ‘Olha eu não gosto daquela velha!’” (SANTOS, 2013, p. 2).

Sabourin (2008, p. 135) alertou que não só é geradora de valores, mas a reciprocidade supõe preocupar-se com o outro. “Tal preocupação torna-se,

portanto, hospitalidade, dádiva de alimentos e víveres, proteção, ou seja, motivos ou obrigações para produzir”.

Alain Caillé (2014, p. 48), sociólogo francês, afirmou que quando “há muita dissimetria entre o doador e o donatário, não pode e não deve haver reciprocidade”. Citou exemplos entre pais e filhos, adultos e idosos inválidos ou quando a pessoa está numa situação de vulnerabilidade.

Abordou a care (o cuidado) apontando que esta não é uma obrigação alienante de compaixão, mas também não pode ser compreendida como um trabalho estritamente racional, “a menos que se defenda uma desumanização radical, por exemplo, da medicina e do hospital”. Em boa medida “é a dimensão da empatia que cuida [...] então querer reduzir o trabalho de care a um simples trabalho como os outros é, com certeza, fazer dele um trabalho particularmente ineficaz!” (CAILLÉ, 2014, p. 52)

Assim, quando as parteiras atenderam as parturientes, compreenderam essa condição de vulnerabilidade daquela que estava dando à luz e flexibilizaram (possivelmente) a relação de reciprocidade. As parteiras cientes da importância de seu trabalho e do valor deste como tal ou não, cuidaram e curaram, sobretudo, em razão da confiança estabelecida entre elas e da noção de uma solidariedade entre mulheres, que não só estão juntas em festas, mas também em momentos delicados se apoiando. A maioria das parteiras relata cuidados com parentes e vizinhas, onde o ato de reciprocitar esteve permeado pelo afetivo e pelo gênero.

## Reciprocidade de gênero

Nikelen Witter (2015, p. 53), historiadora gaúcha, analisando obséquios entre senhoras de Santa Maria no século XIX defendeu que eles “serviam como estratégia para amenizar a existência em um mundo onde o poder e as regras eram, eminentemente, masculinos”.

[...] importância que, nas agruras do dia-a-dia, se revestiam os laços de parentesco, comadrio e vizinhança. Estes permitiam que se estabelecesse uma ampla rede de relações, na qual, a troca de favores era a moeda que permitia a essas mulheres se locomoverem, ampliarem suas possibilidades, negociarem com as regras hostis e, guardadas as devidas proporções, até mesmo aproximar diferentes categorias sociais (WITTER, 2015, p. 53-54).

As relações entre as mulheres que Witter (2015, p. 54) observou podem ser pensadas como táticas, onde há espera da retribuição. Para as mulheres “estas trocas, estes canais abertos de circulação, cuidado e amparo, eram seu estofo

contra aquele mundo, sua forma de reagir, agir e escolher”.

A parteira Eulália contou de um atendimento que o marido queria imobilizar sua esposa, amarrando-a aos caibros da casa e ela não permitiu, mesmo estando dentro da casa dele confrontou-o.

Uma vez eu fui atender uma mulher, era do primeiro filho também, era um rancho tinha só as madeiras e o marido dela queria que eu amarrasse ela, ela não queria que eu tocasse nela. Chegaram a trazer “umas juntas”, é de unir boi pra lavar, pra amarrar e eu digo: ‘não! Eu vou embora, eu não faço isso. Levem pra Canguçu’. Ela passou a noite inteira com dor e eu não cheguei a tocar no corpo dela. [...] Dependurada, iam atar lá nos caibros. Já pensou? Pra ficar imóvel. Que aí eu podia fazer o que eu queria, mas Deus me livre! Eu acho um crime isso! (SÓRIA, 2013, p. 22).

Eulália ainda manifestou que antes mesmo de começar a partejar ela gostava de fazer companhia a suas vizinhas: “Eu ia pra ajudar elas, pra acompanhar minhas vizinhas, e aí eu terminava... fazendo o parto. Aí elas começaram a achar bom e começaram a me chamar” (SÓRIA, 2013, p. 4). Também mencionou que levava as parturientes para sua casa para poder cuidá-las em tempo integral, articulando com os cuidados a sua família.

[...] eu levei muita mulher pra minha casa. Ganharam na minha casa. Eu cuidava do nenê e cuidava delas. Naquela época, a gente não vai estar se exibindo, naquela época a gente era mais atrasado, eu dava a minha cama pra acomodar elas! Porque elas mesmas pediam pra ir pra lá, elas ganhavam e pediam pra ir pra lá. Umas quantas eu levei pra minha casa. (SÓRIA, 2013, p. 12-13).

Para Witter (2015) essa “solidariedade feminina” pode ser mais facilmente percebida em momentos específicos, sobretudo de perigo, nos quais a necessidade de ajudar e receber a ajuda são primordiais.

Este espaço [feminino] era especialmente aquele em que ficava o cuidado das doenças, os partos, o trato das crianças, o luto e o desamparo. Mães, avós, comadres, vizinhas, primas, madrinhas e afilhadas, curandeiras e parteiras pertenciam a este mundo feminino relacional, que se movia dentro do espaço da casa e dominava os saberes sobre as mazelas do corpo e da vida das outras mulheres (WITTER, 2015, p. 54).

A reciprocidade de gênero pode ser percebida como uma tática de simetria. Mulheres que vivenciando situações próximas se solidarizam mutuamente. “As mulheres usavam de seus contatos umas com as outras para estabelecerem pontos de troca e equilíbrio que lhes permitiam driblar um mundo de regras masculinas e lutarem para alterar seus destinos nesse mundo” (WITTER, 2015, p. 58).

Embora o universo do parto tenha sido durante muito tempo um espaço de conhecimento feminino, e no caso em estudo de acordo com as narradoras, o parto é “coisa de mulher”, onde os homens devem ficar fora do quarto esperando o nascimento, é interessante perceber como essas alianças eram construídas e fortalecidas. Na sequência se refletirá sobre uma destas táticas.

## O comadrio

Para Giovanni Levi (2015), historiador italiano, o apadrinhamento constitui-se em um tipo de parentesco fictício, que indica alianças e/ou estratégias para a sobrevivência. “[...] o papel social do parentesco fictício confirma a função essencial dos laços externos à unidade familiar corresidente, em um processo que mescla patrimônio simbólico e proteção, amparando funções sociais e econômicas impossíveis de serem quantificadas” (LEVI, 2015, p.19).

Ellen Woortmann (1995, p. 203), antropóloga gaúcha, explicou que o apadrinhamento geralmente implica uma relação de reciprocidade entre duas famílias. Segundo a autora, os pais da criança evitam convidar padrinhos que moram longe, para que possam se visitar ou ser chamados para uma emergência com facilidade. “É uma forma de reafirmar uma relação de amizade, ou de consolidar uma relação de vizinhança”.

Com grande frequência não são parentes, mas vizinhos ou amigos, que possuem um significado “prático”, pois são, também, ainda que em menor medida, responsáveis pela criança. Pelo ritual do compadrio, ou do batizado, são “transformados” em parentes. Trata-se, aqui, do uso social, não necessariamente consciente, de um rito e do compadrio com base numa matriz ideológica de parentesco (WOORTMANN, 1995, p. 202).

Para a autora o apadrinhamento “é visto como uma obrigação, como o pagamento de uma dívida [...]. Trata-se, pois, de reciprocidade, de efetivar uma troca e, com ela, de realimentar a aliança [...]” (WOORTMANN, 1995, p. 223-214).

Parentes e vizinhas se revezavam no auxílio de alguém que necessitasse, mas a comadre (em relação à mãe ou pai do recém-nascido e madrinha em relação à criança) era costumeiramente a pessoa mais presente e íntima da família dentre os não corresidentes.

Sua posição privilegiada a fazia participante dos momentos mais fundamentais da história da família: nascimentos, aniversários, doenças e morte. Elas cumpriam seu papel ajudando nas costuras, no preparo de comidas e remédios, nos cuidados dispensados aos doentes. Muitas vezes, eram também as principais conselheiras,

aquelas com quem se dividia os problemas da família nuclear e extensa. Não raro, o comadrião estreitava laços de sangue ou ampliava o sentido de família para a vizinhança, fazendo da proximidade um compromisso regido por leis sagradas (WITTER, 2015, p. 54).

A proximidade era um fator levado em conta na escolha dos padrinhos, sobretudo quando uma vizinha possuía saberes vinculados ao cuidado e a cura. Firmar uma relação de parentesco fictício com ela poderia ser muito apropriado.

Não eram apenas as comadres e parentas que participavam estreitamente da vida familiar. Também o faziam as mulheres que, na comunidade, possuíam saberes mais especializados como as curandeiras e, em especial, as parteiras. Estas últimas, não raro, estabeleciam importantes laços de afinidade com suas clientes e seus filhos, convertendo-se quase sempre em comadres e, muitas vezes, também nas pediatras, ginecologistas e conselheiras das mães (WITTER, 2015, p. 56).

Os padrinhos ocupariam a responsabilidade de pais, no caso destes estarem ausentes. Assim, o batizado em casa constituía-se em um contrato, que tinha mais importância social, do comprometimento em sustentar e criar o afilhado, que religioso.

Hilda disse que quando os recém-nascidos não tinham fraldas ela “dava fralda, tirava dos meus filhos”. Também menciona que adotou uma menina chamada “Anita, porque a mãe dela tinha muitos filhos e não conseguia sustentar” (MACEDO, 2015, p. 3).

Um batismo informal que pretendia ampliar a rede de pessoas a se responsabilizar pelo destino da criança nascente. As madrinhas ajudavam em todas as fases do nascimento e do crescimento do bebê. Desde as receitas para “ter leite” até o amplo trabalho de se confeccionar roupinhas e, obviamente, quase sempre elas já estavam presentes na hora do parto (WITTER, 2015, p. 55).

Cecília orgulhosamente narrou: “sempre me convidavam pra madrinha...” (SANTOS, 2013, p. 21). Mas, mais surpreendente é a história do seu filho adotivo, Adão:

Esse filho de criação que mora comigo ele nasceu, pesou meio quilo, a mãe dele estava pra ganhar dois, ganhou ele, pobrezinho mortinho, só via que estava vivo porque tomava fôlego. O outro pesou três quilos, eu tinha até maquina pra pesar as crianças. Aí ela foi e disse assim: ‘esse pequeninho a senhora bota no lixo, que ele está morto’. Eu digo: ‘eu vou levar pra mim’. Aí não tinha roupa pra botar no guri, eu tirei uma saia baixeira que a gente usa, lavei ele e ele não tinha roupa eu enroli bem na saia e levei. Cheguei em casa e disse pro meu marido: ‘olha o que eu trouxe pra mim’. ‘Isso é louca, com um mundo de filho ainda trouxe outro pra criar’. Eu digo: ‘eu trouxe esse Adãozinho pra eu criar, o nome dele é Adão. [...] Foi eu que botei o nome, ele é meu afilhado, batizei ele em casa e no padre e é meu filho de criação’. O outro com três meses morreu e ela quis me tomar o Adão

e eu digo: ‘não te entrego, tu queria botar no lixo, deixa o pobrezinho’. E ele diz: ‘olha mãe o que tu fez pra mim eu quero fazer pra ti agora’ (SANTOS, 2013, p. 15-16).

Cecília reafirmou seu compromisso com a criação de Adão, pois além de adotá-lo o batiza como seu afilhado. Este já adulto sente-se agradecido e dentre os muitos filhos de Cecília é o único que mora com ela em sua velhice, retribuindo os cuidados que receberá de sua mãe-madrinha (SANTOS, 2013).

A parteira participava da intimidade das mulheres que atendia, não raro em regiões afastadas dos centros de saúde “era comum as parteiras ‘se mudarem’ para a casa das parturientes, algumas semanas antes da data prevista para o nascimento e, após, aí permaneciam vigiando o resguardo da mãe e do trato do bebê” (WITTER, 2015, p. 56).

De acordo com Dalva “às vezes iam tirar uns dias, as mulheres inventavam que ia ser tal dia, [...] iam tiravam uma semana, duas, mês e ela não ganhava” (LUÇARDO, 2013, p. 18). Hilda mencionou que “Eu sempre ficava na casa, muitos dias, era muito bem tratada. Faziam comida separada pra mim e eu não queria porque sou uma pessoa simples, modesta.” (MACEDO, 2015, p. 2). A comida separada é uma comida melhor, com mais carne e cortadas as partes nobres do animal, geralmente usadas apenas para os dias de churrasco. É uma forma de reciprocidade ao atendimento da parteira.

### Considerações finais

Diante das desigualdades sociais e do individualismo decorrentes do sistema capitalista, que privilegia a concorrência e o lucro, torna-se difícil compreender que na segunda metade do século XX (período em estudo) houve relações de reciprocidade. Pautadas por valores como a amizade e questões de gênero, mesmo nos casos em que houve retorno em dinheiro, este não foi o elemento principal motivador da troca, mas apenas uma forma de completar o ciclo: dar, receber e retribuir.

No Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em História (UFPel) da autora (SILVA, 2014) percebeu-se que as parteiras desta região estão e percebem a condição de extinção do seu ofício, visto que estão idosas, não há parteiras em exercício, nem cursos para formação ou capacitação. As parteiras mencionaram a urbanização, a criação de hospitais, o poder médico, a introdução de tecnologias, pressões do COREN (Conselho Regional de Enfermagem) – órgão que regulamenta a profissão de parteira, entre outros fatores como responsáveis.

Embora a condição de extinção do ofício tenha sido evidenciada, é uma condição particular do sul do RS. Em cidades pequenas do Norte e Nordeste do Brasil, as parteiras tradicionais são as principais responsáveis pelo atendimento aos partos das mulheres pobres e na região Sudeste do país as “parteiras contemporâneas”, como se denominam algumas obstetristas diplomadas, vêm assistindo partos domiciliares de mulheres de classe média e ganhando reconhecimento.

Ainda faz-se necessário entender as transformações desse ofício e sua singularidade nesta região. A partir da feitura das entrevistas surgiu o interesse em compreender as relações de gênero. Assim, partindo do contexto histórico e do caminho de pesquisa, a problemática que será discutida na dissertação de mestrado é: Quais as transformações no ofício de parteira ao sul do RS e como se estabeleciam as relações de gênero na assistência aos partos, entre 1960-1990?

Uma pequena parte do que será analisado e discutido na dissertação, em elaboração, foi o tema trabalhado neste artigo. O qual observou por meio da reciprocidade e, sobretudo, da reciprocidade de gênero, como mulheres criavam alianças/táticas para sobreviver diante das adversidades de um mundo distante dos recursos hegemônicos de saúde e que privilegia o masculino.

Cecília relatou sua satisfação em ter ajudado muitas pessoas:

Eu me acho feliz, de fazer os benefícios. Não é como a gente chegar numa pessoa e dizer: ‘eu não tenho, eu não quero!’ Não, isso não se diz pra ninguém. Se chegasse uma pessoa e dissesse: ‘eu estou com fome, quero um prato de ‘bóia’ [comida]’. Eu repartia a comida que eu tinha. E o que estava guardado eu repartia e dava pra pessoa comer em casa. Por isso que Deus nosso senhor hoje está me dando essa saúde. Eu fui uma criatura honesta e sou honesta até hoje (SANTOS, 2013, p. 24).

A honra de reciprocidade é compreendida em sua velhice como “dever cumprido”, como honestidade. Ao ajudar os mais necessitados Cecília sente ter reciprocidade com Deus e ser retribuída por ele com muita saúde, aos 97 anos.

### Fontes orais

LUÇARDO, Dalva. **Parteira**. 76 anos. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada em: Piratini, 2013.

MACEDO, Hilda. **Parteira**. 93 anos. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada em: Pelotas, 2015.

MACHADO, Teresa. **Parteira**. 84 anos. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada em: Pelotas, 2015.

SANTOS, Cecília dos. **Parteira**. 97 anos. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada em: Piratini, 2013.

SOARES, Maria Basílica. **Parteira**. 66 anos. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada em: Piratini, 2013.

SÓRIA, Eulália. **Parteira**. 90 anos. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada em: Piratini, 2013.

### Referências bibliográficas

BRANDÃO, Nadja dos Santos. **Da tesoura ao bisturi, o ofício das parteiras 1897-1967**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica - RS, Porto Alegre, 1998.

CAILLÉ, Alain. Dádiva, *care* e saúde. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, nº 36, mai/ago 2014, p. 42-59.

CARELI, Sandra. As transformações no ofício de partejar nas décadas iniciais da República no Rio Grande do Sul. In: **IX Encontro Estadual de História**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p. 1-13.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nupcialidade e fecundidade. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/nupcialidade-e-fecundidade.html>> Acesso em: 02 de dez. de 2015.

JARDIM, Maria de Lourdes. Evolução da fecundidade no Rio Grande do Sul e perspectivas futuras. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, 1993, p. 256-263.

JARDIM, Rejane. **Revelando o implícito: Irmãs de Caridade e Parteiras na formação do saber médico em Porto Alegre - 1872 a 1940**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica-RS, Porto Alegre, 1998.

LEVI, Giovanni. Reflexões sobre família e parentela. In: VENDRAME, Maíra (et al. Orgs.) **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 12-29.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto: 2007.



MULLER, Helena Isabel. História do tempo presente: algumas reflexões. In: PÓRTO JR., Gilson (org.). **História do tempo presente**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: Da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23, nº 66, fev. de 2008. p. 131-138.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.

SILVA, Eduarda Borges da. **Narrativas paridas**: Entre higienização e industrialização, parteiras da Região Sul do RS rememoram seu ofício. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Bacharelado em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense -1889/1928. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

WITTER, Nikelen. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX. In: VENDRAME, Máira (et al. orgs.) **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 53-66.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. Brasília: UnB, 1995.

---

**Abstract:** This communication seize at relations between midwives and their communities that were established starting of parturition, in the south of Rio Grande do Sul, between 1960-1990. At midwives also bless, applied injections, they prescribed herbs and kept at home some drugs for emergency, serving beyond of pregnant women and new-borns, children, adults and seniors. In contrast received food, gifts and they were invited to godmothers of new-borns. Through of interviews of thematic oral history performed for the research project "The midwifery in the south of Rio Grande do Sul (1960-1990)" and of concept in reciprocity se intends understand such practice.

**Keywords:** midwife; godmother; reciprocity.

---